



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Contrarreformas ou Revolução:
respostas ao capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 03- a 06 de junho de 2019

Eixo: Comunicação oral.

Precarização da Educação e os Rebatimentos na Formação Profissional do Assistente Social

Resumo

O atual contexto do sistema capitalista impõe, principalmente aos países capitalistas periféricos, uma série de reformas que redimensionam o papel do Estado e diminui os gastos com a política social, dentre estas, a política de educação. Logo, a atual conjuntura social, política, econômica e cultural no qual a Universidade se desenvolve apresenta uma série de fatores que têm dificultado a qualidade da formação profissional do assistente social conforme preconizado pelas legislações pertinentes. O presente artigo pretende apresentar algumas reflexões introdutórias sobre a contrarreforma da educação e seus rebatimentos para a formação profissional do assistente social. Sobre o procedimento metodológico utilizado, foi realizada a pesquisa bibliográfica, com referencial teórico de viés marxista. Após estudos realizados foi possível compreender que, na atual conjuntura de reestruturação do capital, em resposta a crise do capitalismo, o Serviço Social está vinculado a contrarreforma da educação e o crescimento acelerado dos cursos nessa área segue o processo de expansão do ensino superior no Brasil.

Palavras-chave: Formação Profissional; Serviço Social; Educação.

Abstract

The current context of the capitalist system imposes, mainly on peripheral capitalist countries, a series of reforms that reshape the role of the state and reduce spending on social policy, among them, education policy. Therefore, the current social, political, economic and cultural context in which the University develops presents a series of factors that have made difficult the quality of professional training of the social worker as recommended by the pertinent legislations. The present article intends to present some introductory reflections on the counterreformation of education and its refutations for the professional formation of the social worker. On the methodological procedure used, the bibliographical research was carried out, with theoretical reference of Marxist bias. After the studies carried out, it was possible to understand that in the current conjuncture of capital restructuring, in response to the crisis of capitalism, Social Service is linked to counterreform education and the accelerated growth of courses in this area follows the process of expansion of higher education in Brazil .

Keywords: Vocational Training; Social Service; Education.

Introdução

O contexto de mundialização do capital - sob a hegemonia das finanças e de direcionamento político e ideológico internacional - tem redimensionado o papel da educação no interior da sociedade capitalista. A partir das condições históricas necessárias, o capital impõe uma dinâmica de generalização da lógica de mercantilização universal que submete aos seus desígnios, o conjunto das relações sociais, o aligeiramento e a precarização do ensino superior.

A partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a educação vem sofrendo uma série de contrarreformas, inclusive no nível

superior e o curso de Serviço Social tem sido fortemente afetado. Contudo, devemos considerar que a própria LDB é resultado das imposições do capital para atender os interesses do mercado. Um dos grandes desafios que a profissão tem enfrentado no processo de formação é justamente a expansão das Eads e retração de investimento nas Universidades públicas. Processo este próprio da mercantilização e aligeiramento da profissão.

Diante das condições impostas e no interior desse processo de produção e reprodução do capital, o Serviço Social como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das relações sociais, na perspectiva de apreensão da dinâmica capitalista em sua totalidade. Nesse sentido, a apreensão do Serviço Social nesse processo permite decifrar o jogo das forças sociais na sociedade capitalista até em suas formas contemporâneas.

É neste contexto, marcado pela precarização da educação superior, que debruçamos as reflexões neste ensaio, considerando as características da educação na atual conjuntura e seus rebatimentos para a formação profissional da/o Assistente Social.

Como aporte teórico, este estudo parte da apropriação do referencial teórico de viés marxista que consiste “[...] em situar e analisar os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinado por múltiplas causas na perspectiva de totalidade como recursos heurísticos, e inseridos na totalidade concreta: a sociedade burguesa [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 38). Sendo esta uma teoria da realidade e do conhecimento, inscritas em um contexto permeado por contradições.

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica entendida por Gil (2002, p. 44) como aquela “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Trazendo como possibilidade um diálogo entre os estudos publicados por outros autores e autoras.

Para se chegar a esse objetivo, inicialmente foi necessário problematizar o contexto capitalista contemporâneo no qual o ensino superior está inserido, relacionando-o as condições conjunturais e estruturais que contribuem para a precarização da formação profissional.

Em seguida, o texto traz um esboço sobre a influência de instituições internacionais na política educacional brasileira, apontando a necessidade de intensificar os mecanismos de manipulação ideológica, para a manutenção da ordem dominante.

Por fim, o trabalho apresenta as características da educação na atual conjuntura, com ênfase no ensino superior, em especial no curso de Serviço Social.

1. Crise do Capital: Atual Contexto em que se insere a Formação em Serviço Social

Iniciamos este capítulo buscando situar brevemente o contexto capitalista contemporâneo, por entendermos sua estreita relação com o atual modo de viver e suas implicações com o Projeto Profissional do Serviço Social.

No contexto do capitalismo contemporâneo, que teve seu início a partir da crise de 1970, tanto nos países centrais como nos periféricos, instaurou-se, segundo Mota (2012, p.29), a “mais profunda crise do sistema capitalista” e que “estamos diante de uma crise estrutural do capital”. Contudo, não se confunde com o fim do capitalismo, pois “o capitalismo, por si só, sempre dará em mais capitalismo” (BRAZ, 2012, 469). As crises são inerentes ao modo de produção capitalista, e sua essência

é movida pela natureza contraditória do desenvolvimento capitalista que, ao potencializar seu processo de reprodução ampliada (sua própria acumulação de capital), reproduz os fatores que exponenciam suas contradições e acionam crises que, desde as últimas décadas do século XX, têm maior duração e se exprimem em períodos menos espaçados (e sem ondas longas expansivas), alternando períodos (espasmódicos) de crescimento, auge, crise, recessão/depressão, retomada... (BRAZ, 2012, p. 470).

Mészáros (2002) *apud* Mota (2012, p. 31) elenca as principais características da crise estrutural do capital, quais sejam: “caráter global e não setorial (comercial ou financeiro); seu alcance mundial, atingindo todas as nações imperialistas do planeta; extensão temporal, apresentando-se como uma crise de longa duração e sem saídas possíveis a curto ou longo prazo”. A autora ainda destaca que o “caráter mundial dessa crise é dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização é marcado pela concentração do capital e descentralização da produção, imprimindo-lhes uma abrangência planetária”.

As estratégias de ordem burguesa do Estado capitalista, para enfrentamento da crise, orientam e reordenam o modo de produção e reprodução social a partir da reestruturação produtiva do capital, difusão do ideário neoliberal, e financeirização (NETTO; BRAZ, 2007, p. 214). Logo, “o que está em processo de consolidação é a *acumulação por espoliação* sob o comando dos países ricos” e o “veículo primário da acumulação por espoliação tem sido a abertura forçada de mercados em todo o mundo, através das pressões institucionais, exercidas por meio do FMI, e comerciais, pela OMC” (MOTA, 2010, p. 30).

Se antes da crise de 1970, no período capitalista industrial, a essência para obter lucro era baseado no modelo fordista-keinesyano, de produção industrial em larga escala para consumo em massa, passa a adotar o modelo toyotista, de produção flexível, e desenvolve interesse pelo mercado financeiro onde a especulação em busca do lucro está pautada em ações, juros, investimentos, empréstimos, financiamentos e varias outras formas de crédito.

Mota (2012, p.31) destaca que “a partir dos anos 1980, o capital procura enfrentar suas próprias contradições implementando iniciativas que permitam a recomposição das suas taxas de lucro, ao tempo em que desenvolve iniciativas que as legitimem socialmente”. No projeto neoliberal restaurador o Estado contribui para produção de super lucros, uma vez que patrocina “uma série de transformações nos padrões de acumulação e reprodução vigentes” (MOTA, 2012, p. 32).

Contudo, o Estado passa ainda a operar com um novo modelo de proteção social, que legitima o mínimo para os trabalhadores sociais e o máximo para o capital, dando suporte as tendências de inserção e adaptação do mercado mundial. Segundo Mota (2010, p. 30),

[este] processo torna campo de investimento transnacional desde o patenteamento de pesquisas genéticas, passando pela mercantilização da natureza, através do direito de poluir, até a privatização de bens públicos e a transformação de serviços em negócios – como vem ocorrendo com a saúde, previdência e educação.

O que ocorreu foi a destruição dos variados tipos de Welfare State, pois, segundo Netto e Braz (2007, p. 226), a doutrina neoliberal “prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como ‘privilégios’ de trabalhadores) e a liquidação das garantias ao trabalho em nome da ‘flexibilização’ já referida”. O projeto neoliberal “se traduziu na generalizada privatização do Estado com a venda de empresas estatais, a mercantilização de serviços públicos e a redução dos benefícios da seguridade social, ao tempo em que oportunizava a financeirização do capital” (MOTA, 2012, p. 33). Neste contexto, as políticas sociais de atendimento aos direitos sociais universais, conquistados em lutas anteriores pela classe trabalhadora, são substituídas por ações imediatistas, focalizadas e assistencialistas do Estado.

No caso do Brasil, a adoção dos preceitos neoliberais teve início nos governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco e foram implementadas ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva vivenciamos uma particularidade, a “ideologia do consenso”, com a adoção da ideologia do novo

desenvolvimentismo que defende a possibilidade de “equilíbrio econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente” e que “a era Lula foi palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista” (MOTA, 2012, p.34-35).

Contudo, a adoção dessas ideologias expressam uma recomposição da hegemonia dos setores dominantes frente ao agravamento da crise estrutural do capitalismo. Assim, podemos afirmar que as últimas décadas do século XX foram caracterizados pela exigência de reestruturação econômica das economias periféricas, determinadas por organismos internacionais, quais sejam: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentre outros. O processo de adequação do Estado à expansão do capitalismo financeiro e transnacional leva à redefinição de suas funções, bem como da educação superior.

Desse modo, tenciona-se no próximo ponto, desenvolver uma análise sobre as investidas do capital, e a influência de organismos internacionais na contrarreforma da educação no Brasil.

2. Política educacional brasileira sob os ditames de instituições internacionais

Medidas de implementação e fiscalização externa, bem como o esvaziamento de conteúdos científicos e culturais vão de encontro aos interesses do capital. Por isso a importância do reconhecimento desta influência está na dimensão destes organismos internacionais.

Na atual fase do capitalismo, a gênese e a normatização de políticas de acesso à educação – inclusive à superior – remontam ao final dos anos de 1980, quando surgem, em todo o mundo, reformas educacionais vinculadas aos princípios formulados pelo “Consenso de Washington”, em referência às medidas de ajuste estrutural, recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD. E, segundo Iamamoto (2000, p. 35), “cria o suporte normativo necessário para viabilizar a reforma educacional”. Um destes normativos apresenta-se na LDB (1996) que viabiliza vicissitudes no contexto da Educação no Brasil, em especial, a Superior. O que se nota é que contornam as recomendações para os países periféricos no

sentido de “aliviar a pobreza e a miséria”, através de seus próprios programas de ajuda e empréstimo.

Segundo Leher (1999), a crise da década de 1970 levou a um redimensionamento da política do Banco Mundial - pois quando foi criado, na década de 1940, tinha como proposta oferecer empréstimos a juros baixos aos países afligidos pela guerra. Isso porque os Estados Unidos buscavam propagar sua ideologia, não mais o seu poder bélico, e a melhor forma de propagar a ideologia é dominando a forma de pensar, por isso a educação passou a ser alvo de suas ações, e influência norte-americana exercia (e ainda exerce) grande poder na direção desta instituição em virtude, em grande parte, do percentual de investimento. Ao ofertar significativos recursos financeiros e sob o pressuposto de compromisso social e redução da pobreza, o Banco Mundial consegue também superar a intervenção das demais instituições multilaterais universais, a exemplo do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD).

O objetivo a que se propõe é o de assegurar um consenso ideológico, escamoteando a realidade que, por meio de uma falsa consciência coloca-se no centro do debate a capacidade produtiva e de gestão de grupos em situação de “vulnerabilidade”¹ social, de modo especial aqueles vinculados a programas governamentais, o que o coloca enquanto estratégia de reversão dos impactos da crise sobre a população mais “vulnerável”, não apenas como via de estabilização macroeconômica, mas também como mecanismo de combate à pobreza e à *exclusão* social – como se isso fosse possível diante da dinâmica que se impõe de forma hegemônica.

Laher (2012, p. 8) destaca que, no Brasil, além das “grandes fundações privadas corporativas, como as fundações Ford, John M. Olin, Rockefeller, W. K. Kellog, entre outras, influenciaram os métodos das ciências no país”. Juntamente “com estas agências governamentais, como a Usaid, Fullbright, etc., e organismos internacionais, como o Banco Mundial, contribuíram decisivamente para consolidação de determinadas

¹ O termo “vulnerabilidade” é apreendido enquanto termo apropriado pelos representantes do capital para construção de indicadores sociais e para delimitar a chamada “linha da pobreza” que atinge indivíduos, grupos e comunidades considerados *excluídos* do mercado consumidor. Trata-se de concepções ideológicas que reduzem ou mascaram o aprofundamento da pobreza e da miséria da classe trabalhadora a mera constatação teórica ou conceitual de que parte dessa população, sem acesso às riquezas produzidas, está temporariamente em condição de “vulnerabilidade social”. E em nome de uma suposta sustentabilidade da ordem sociometabólica do capital, no contexto da atual crise, ocorre o aprofundamento do papel dos organismos internacionais como idealizadores e promotores de programas de combate à “pobreza extrema” e de defesa de uma suposta cidadania de “grupos socialmente fragilizados”.

linhas de pesquisa no Brasil”, o que, em parte, contribuiu para a perda do pensamento crítico. E,

[para] as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional. Isto explica, em grande parte, as diretrizes do Banco Mundial para o ensino superior. Há muito tempo o Banco critica aqueles países que “insistem em querer universalizar as tecnologias características do século XX em seus territórios”. Porém, nunca o Banco foi tão explícito e determinado em sua política antiuniversitária. (LAHER, 1999, p. 26)

A preocupação estava em “ajudar as pessoas pobres” para elas não gerarem “clima desfavorável” e assim conter as tensões derivadas do desemprego. Segundo Amin (1996) *apud* Laher (1999, p. 26-27, Grifos do autor), “*o trabalho, nas periferias, está excluído do mercado de trabalho fundado no conhecimento científico avançado, estando confinado pelas barreiras nacionais que separam os países centrais das periferias*”. Logo, a partir do “final da década de 1980 uma forte prioridade é conferida ao ensino fundamental ‘minimalista’ e à formação profissional ‘aligeirada’ [...] estas orientações são encaminhadas por meio de políticas de ‘descentralização administrativo-financeira’”.

Nesta conjuntura, a educação participa como uma estratégia potencialmente eficaz. Frente à crise estrutural do capitalismo, os contornos da educação vêm sendo forjada em consequência da necessidade de intensificar os mecanismos de manipulação ideológica, aclamando novos consensos e efetivação de reformas, adequadas para a manutenção da ordem dominante.

É decorrente a essa dinâmica que este estudo pretende avançar, apresentando análises em torno dessas particularidades, considerando, dentre outras determinações, os interesses e a configuração assumida pela sociedade burguesa na atual fase capitalista que, em meio a sucessivas crises, adota as mais variadas estratégias de recuperação da taxa de lucro e crescimento, seja por meio da reforma da educação, seja pela perda de direitos sociais. É sobre a reforma educacional, no âmbito do ensino superior, nosso principal interesse em problematizar as reformas realizadas pelo Estado brasileiro, mediante o aceite de Organizações Internacionais.

3. Reforma da Educação e Formação profissional do Assistente Social

Nesse ponto, pretendemos apresentar alguns elementos para o debate sobre como ocorreu a reforma educacional brasileira, no âmbito do ensino superior, e os

rebatimentos sobre a formação profissional do/a Assistente Social. Em nosso país que prescreve tantos direitos, mas poucos são garantidos, a simples regulamentação da formação do assistente social é garantia de uma boa formação? Quais são as características do ensino superior na atual conjuntura? Como essa configuração pode influenciar na formação da/o Assistente Social?

Considerada por muitos autores, dos quais se inclui Lima (2008), como um movimento de “contrarreforma da educação”, esse processo atenta contra a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, e promove a precarização das instituições de ensino, bem como de todo o processo, pois “o capital em crise busca novas áreas de lucratividade, intensificando a transformação da educação em um serviço a ser negociado no promissor ‘mercado educacional’” (LIMA, 2008, p.17).

Embora a Constituição Federal de 1988 congregate parte das reivindicações e lutas populares em torno da educação no Brasil, sobretudo, os princípios da universalidade, esse mesmo texto constitucional também se traduz num polo contraditório, à medida que se submete à lógica do mercado e, conseqüentemente, dos interesses burgueses. Sob o véu neoliberal, várias estratégias são adotadas em defesa dessa lógica e desses interesses, e sob o discurso de “crise do Estado”, propõe a “reforma do Estado” como sendo a única saída da crise, ocultando a verdadeira face dessas medidas, com impactos diretamente na organização e gestão dos sistemas de ensino, no incentivo ao ensino a distância, bem como na reiteração do ensino fundamental enquanto etapa prioritária de ensino.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 1996, foi responsável por definir um novo projeto educacional para o país, adequado ao projeto societário hegemônico, cujos objetivos centram-se no ajuste da educação escolarizada às necessidades sociais, técnicas e político-ideológicas da atual fase do capital.

Mas para além da educação escolarizada, a LDB define que o conteúdo da educação deve estar articulado ao “mundo do trabalho e à prática social”. Assim, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a educação, segundo as diretrizes contidas nessa nova Lei, deve ter como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). E sob esse argumento o objeto central da contrarreforma é a reconfiguração dos cursos a distância, no âmbito do ensino superior, interferindo diretamente na ampliação e universalização de direitos. Esses cursos são

direcionados, principalmente, “aos trabalhadores e filhos de trabalhadores da periferia do capitalismo” (LIMA, 2008, p.21).

Segundo Lima (2008), destacam-se duas importantes estratégias no processo de contrarreforma do ensino superior: a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES), dos cursos de curta duração e oferecidos à distância; e, a “diversificação das fontes de financiamento da educação superior”. Pois, além de indicar a diminuição de verbas para esse nível da educação, a política “recomendada” pelo Banco Mundial, orienta para a cobrança de matrículas e mensalidades nas escolas públicas e corte de verbas públicas para ações “‘não relacionadas à educação` (alojamento estudantil, segurança e alimentação” (LIMA, 2008, p.21).

A privatização do ensino superior se firmará sobre dois eixos norteadores que, segundo Lima (2008, p. 21-22), “estão presentes na política do Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo e foram explicitados no documento ‘O ensino superior: as lições derivadas da experiência’”. A primeira delas é a “expansão de instituições privadas com a liberalização dos serviços educacionais”; e a segunda é a “privatização interna das instituições públicas”, sendo que esta última se efetivará por meio das “fundações de direito privado”.

A expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, em detrimento da pública assinala a criação de incentivos fiscais a quem aderir à programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em 2004 pelo Governo Federal e institucionalizado pela Lei nº 11.096/05, que concede bolsas de estudo total ou parcial, em IES privadas, para cursos de graduação e sequenciais de formação específica. O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é outro programa do Ministério da Educação que financia a educação superior em IES privada e, na segunda metade de 2015, com juros de 6,5% ao ano, velado no discurso de inclusão social e democratização do ensino superior.

De acordo com Koike (2009, p.205), “[a] lógica é de que o mercado democratiza o acesso (democracia iguala o poder de compra) e a inovação tecnológica, tida como meio e finalidade da educação por uma espécie de virtualidade intrínseca, asseguraria a inserção social”, e o “mercado e a inovação tecnológica” exercem influência nesse processo. Assim, o uso da Tecnologia de Informação e Ciência (TIC) é uma ferramenta utilizada na estratégia da diversificação das instituições de ensino, principalmente nos cursos de nível superior na modalidade Educação à Distância (EaD).

Pode-se observar a utilização de uma estrutura política-jurídica, que promovem o aligeiramento e a desqualificação profissional, em forma de discursos universalistas. Nesse sentido, Koike (2009, p. 206) destaca os “Decretos de n. 5.622, de 19/12/2005, que criam a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a Educação à Distância (EaD) e o n. 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)”. Nesse processo, acresce o número de cursos de graduação a distância, e entre esses, o curso de Serviço Social.

Quanto a ampliação do curso de Serviço Social no Brasil, este decorre mediante a oferta na rede de ensino superior privada, “realizados em faculdades isoladas ou centros universitários (que, pela lei, não precisam desenvolver pesquisa)” (LIMA, 2008, p.28).

Em relação ao REUNI, Koike (2009, p. 207) aponta que “este redefine o perfil das universidades federais no país. Objetiva, em 5 anos, de 2008 a 2012, dobrar o número de vagas e matrículas na graduação”. Contudo, os recursos propostos inicialmente à expansão não são assegurados e este fato pode comprometer a qualidade da formação profissional. Nesse processo de formação superior pós contrarreforma “as universidades federais transformadas em ‘escolões pós-médio’ passarão a emitir certificados genéricos e com mérito duvidoso” (KOIKE, 2009, p. 208).

A ofensiva à formação profissional em Serviço Social, pode ser verificado na crescente oferta do curso em instituições de ensino privadas, na maioria em faculdades isoladas, que não realizam pesquisa, portanto, sem produção de conhecimento, e da inclusão do curso na EaD, embora haja luta dos órgãos representativos da categoria. Koike (2009, p. 207) destaca que,

[a] Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que congrega as unidades acadêmicas da graduação e pós-graduação em Serviço Social, o conjunto Conselho Federal (CFESS), e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão, e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que articula o movimento estudantil, desenvolvem gestões junto ao MEC no sentido de sustar a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social. As entidades propõem ao MEC ampliar os cursos presenciais existentes e abrir novos nas universidades públicas onde estes ainda não existem.

A argumentação utilizada pela ABEPSS é que a modalidade de ensino a distância “não atende as exigências constantes nas Diretrizes Curriculares, mostrando-se inadequada aos projetos pedagógico e profissional” (KOIKE, 2009, p.207).

Portanto, sem querer exaurir a problemática a cerca da contrarreforma da educação superior no Brasil, podemos afirmar que esta priorizou a classe hegemônica e a lógica do sistema capitalista ao concretizar as “recomendações” das instituições internacionais, e incluir a educação no setor de serviços, uma atividade que era responsabilidade do Estado, refletindo diretamente na qualidade da formação em Serviço Social, impondo novos condicionantes ao exercício profissional da/o Assistente Social.

Considerações Finais

Diante das reflexões apresentadas foi possível compreender que, na atual conjuntura de reestruturação do capital, em resposta a crise do capitalismo, o Serviço Social está vinculado a contrarreforma da educação e o crescimento acelerado dos cursos nessa área segue o processo de expansão do ensino superior no Brasil.

Nesse sentido, a alteração da composição orgânica do capital, mediante contrarreforma da educação e a inserção de novas tecnologias, apontou que a diversificação e privatização da educação superior impactaram inclusive nos cursos de Serviço Social, de sua descomedida expansão na esfera privada e, em especial, na modalidade de ensino à distância.

Novas exigências também têm sido alocadas no âmbito da formação profissional em Serviço Social, visando acompanhar as mudanças que estão ocorrendo na dinâmica da sociedade, sobretudo, no exercício profissional, no qual o desígnio tem sido o de se adaptar ao novo padrão produtivo imposto pelo capitalismo. Torna-se ainda um desafio para que essa formação esteja ancorada em uma perspectiva crítica, na tentativa de romper com essas amarras, visto que esta concepção, alicerçada na emancipação humana, tem sido presente na história de lutas da categoria profissional (KOIKE, 2009).

A defesa da formação profissional, da universidade pública de qualidade, gratuita e que seja, sobretudo, voltada aos interesses da coletividade é uma das principais bandeiras de luta do Serviço Social brasileiro nesse período histórico de expansão desmesurada da educação superior sob a égide de Organismos Internacionais e dos ditames do capitalismo monopolista.

Estamos vivenciando um contexto marcado pelo desmonte da proteção social e da regressão de diversos direitos conquistados ao longo da história brasileira pela classe trabalhadora e, isso impõe desafios a categoria profissional no seu cotidiano para consolidar o projeto ético-político. Esse contexto requer que os/as Assistentes Sociais estejam embasadas pelo arcabouço teórico que possibilite apreender as mediações

necessárias existentes na dinâmica da totalidade concreta elaborando instrumentais que fortaleçam os nossos princípios inscritos no Código de Ética profissional e a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativas, de forma a promover a organização política da categoria com as entidades representativas (Conselhos Regionais, Conselho Federal de Serviço Social, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e outras).

Para tanto as reflexões aqui, por ora, apenas tracejadas, são lançadas como ponto de partida para um maior aprofundamento das questões em torno dos limites e potencialidades intrínsecos a formação profissional do Assistente Social a partir das regulações sociais capitalistas, da atual sociedade de classes.

Referências

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 468-492, jul./set. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. São Paulo: Cortez, 2010.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

LEHER, Roberto. **Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo**. Outubro, São Paulo, n1,1999.

_____. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete(org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Contrarreforma da Educação Superior e Formação Profissional em Serviço Social. In Estado e Educação Superior – Questões e Impactos no

Serviço Social. **Temporalis**/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano VIII – nº 15. Brasília: ABEPSS, 2008.

MOTTA, Ana Elisabete (Org). **O mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. – 4 ed. - São Paulo: Cortez, 2019. p.21-57.

_____. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-prático para o Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete(org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2007. 258 p.